

O discurso midiático no contexto do caso Evandro: uma discussão a partir de Thompson, Bourdieu e Baudrillard

Caroline de Aguiar Pinto
aguiar.carolp@alu.ufc.br

Jefferson Veras Nunes
jefferson.veras@ufc.br

Recebido em: 13/05/2025

Aceito em: 15/07/2025

Resumo

Este trabalho analisa como o discurso midiático, interpelado pelo discurso do Estado, contribuiu para a construção de narrativas que reforçam preconceitos culturais e religiosos no contexto do Caso Evandro. A pesquisa utilizou abordagem qualitativa, com base na Análise do Discurso, fundamentando-se nos conceitos de poder simbólico (Thompson, 2008; Bourdieu, 1989), hiper-realidade (Baudrillard, 1985), entre outros. O corpus foi composto por enunciados de manchetes do jornal *Diário Popular* e pelo título "Operação Magia Negra", que evidenciam práticas discursivas alinhadas à intolerância religiosa. A análise revelou como a repetição de termos como "bruxos" e "sacrifício satânico" contribuiu para a construção de uma narrativa hegemônica, reforçando estigmas e promovendo uma hiper-realidade. Essa articulação entre mídia e Estado legitimou preconceitos e naturalizou a violência simbólica, apagando contradições nos discursos oficiais. Conclui que a mídia desempenhou um papel ativo na propagação de ideologias que influenciaram a opinião pública e contribuíram para o julgamento social antecipado dos acusados, destacando a importância de reflexões críticas sobre o papel dos meios de comunicação na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: discurso midiático; poder simbólico; hiper-realidade; Caso Evandro; intolerância religiosa.

The media discourse in the context of Evandro's case: a debate based on Thompson, Bourdieu, and Baudrillard

Abstract

*This paper examines how media discourse, shaped by the discourse of the State, contributed to the construction of narratives that reinforce cultural and religious prejudices in the context of Evandro's Case. The research employed a qualitative approach, based on Discourse Analysis, based on the concepts of symbolic power (Thompson, 2008; Bourdieu, 1989), hyper-reality (Baudrillard, 1985), and others. The corpus was composed of statements from headlines in the newspaper *Diário Popular* and the title "Operation Black Magic", which show discursive practices aligned with religious intolerance. The analysis revealed how the repetition of terms such as "witches" and "satanic sacrifice"*

contributed to the construction of a hegemonic narrative, reinforcing stigmas and promoting a hyper-reality. This articulation between media and the State legitimized prejudices and naturalized symbolic violence, erasing contradictions in official discourses. It is concluded that the media played an active role in the propagation of ideologies that influenced public opinion and contributed to the early social trial of the accused, highlighting the importance of critical reflections on the role of the media in contemporary society.

Keywords: media discourse; symbolic power; hyper-reality; Evandro Case; religious intolerance.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo analisa como o discurso midiático, interpelado pelo discurso institucional do Estado, contribuiu para a construção de narrativas que reforçam preconceitos culturais e religiosos no contexto do Caso Evandro. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na Análise do Discurso, utilizando como referencial teórico os conceitos de poder simbólico (Thompson, 2008; Bourdieu, 1989), hiper-realidade (Baudrillard, 1985), entre outros. O *corpus* analisado inclui manchetes do jornal *Diário Popular* e o título da operação policial "Operação Magia Negra", que evidenciam práticas discursivas alinhadas à intolerância religiosa.

O Caso Evandro, ocorrido em 1992, ganhou notoriedade nacional devido à crueldade do crime e à cobertura midiática sensacionalista, que associou o caso a rituais de "magia negra". A mídia, ao reproduzir termos como "bruxos" e "sacrifício satânico", contribuiu para a construção de uma narrativa que reforçou preconceitos religiosos e culturais, especialmente contra religiões de matriz africana. Esse fenômeno ilustra como a mídia pode ser instrumentalizada para reforçar estruturas de poder e marginalizar grupos já vulneráveis. Sendo assim, partiu-se desta indagação: de que maneira o discurso midiático, influenciado ou mediado pelo discurso do Estado, contribuiu para o desenrolar do caso?

A temática abordada se justifica pela inquietação causada pelo podcast *Projeto Humanos: O Caso Evandro*. A informação, reconhecida como um instrumento de poder, pode ser utilizada para diversos fins. A informação, inclusive aquela extraída dos autos do processo, foi instrumentalizada para atribuir culpa a indivíduos que não possuíam qualquer relação com o homicídio brutal de uma criança. O desfecho geral foi desfavorável para todas as partes envolvidas: a família do menino Evandro jamais encontrou o verdadeiro responsável pelo crime; os acusados, submetidos a torturas, perderam amigos, familiares ou até a própria vida, como no caso de Vicente de Paula, que faleceu em 2011 enquanto cumpria pena no Complexo Médico Penal de Pinhais, em Curitiba.

A relevância desse caso para os estudos das mídias reside na análise do papel desempenhado por veículos de comunicação da época. No período do julgamento, o acesso à internet era ainda restrito e a sociedade dependia majoritariamente de fontes de informação unidirecionais, como jornais impressos, rádio e televisão. Esses meios, por sua natureza unilateral, limitavam a interação entre interlocutores, restringindo a capacidade do indivíduo de refletir criticamente sobre as informações recebidas.

Nesse sentido, esta análise busca compreender como a escolha vocabular e a construção de narrativas midiáticas influenciaram a opinião pública e legitimaram práticas de intolerância religiosa. Além disso, o estudo destaca a importância de uma reflexão crítica sobre o papel da mídia na sociedade, questionando como os meios de comunicação podem ser utilizados tanto para promover justiça quanto para perpetuar desigualdades.

Diante do exposto, é perceptível o quão basilar foi o discurso para que o caso em questão tivesse toda a proporção que tomou. Nesse sentido, este trabalho se preocupou em analisar como o discurso midiático, alinhado e interpelado pelo discurso institucional do Estado, contribuiu para a construção de narrativas que reforçam preconceitos culturais, religiosos e simbólicos no contexto do Caso Evandro. Especificamente, procurou-se investigar os elementos

discursivos presentes nas manchetes do jornal *Diário Popular* e no título da operação policial "Operação Magia Negra", com base nos conceitos de memória discursiva e formação ideológica; e examinar como a relação entre mídia e Estado reforçou narrativas.

2 CONTEXTUALIZANDO O CASO EVANDRO

No início da década de 1990, o desaparecimento de crianças tornou-se frequente, especialmente no estado do Paraná. Com os crescentes casos de sequestro na época, foi necessário criar forças policiais especializadas, por isso a Polícia Civil do Paraná criou o Grupo Tigre (Tático Integrado de Grupos de Repressão Especial), composto pela elite da Polícia Civil. Em paralelo, a Polícia Militar criou o Grupo Águia, também especializado em crimes de sequestro e afins.

No dia 5 de abril de 1992, na cidade litorânea de Guaratuba, no interior do Paraná, Evandro Ramos Caetano, de 6 anos, desapareceu. Os pais do garoto, Maria Caetano e Ademir Caetano, junto de seus filhos mais velhos, passaram a procurar por Evandro, primeiramente pela vizinhança que logo se mobilizou em uma força-tarefa. A família era conhecida na cidade, Maria e Ademir trabalhavam na prefeitura e, à noite, o prefeito de Guaratuba, Aldo Abagge, e sua esposa, Celina Abagge, ao retornarem de Curitiba, tomaram conhecimento do caso e do insucesso das buscas e logo se dispuseram a procurar por Evandro.

No dia seguinte, Aldo foi aconselhado a contatar o delegado-geral da Polícia Civil, José Maria de Paula Correia, para informar a situação e pedir reforços. Na conversa, levantou-se a possibilidade de acionar o Grupo Tigre. No mesmo dia, três oficiais do Grupo Tigre chegaram da capital para assumir o caso e organizar as buscas. Esses oficiais ficaram hospedados no Hotel Villa Real, o melhor da cidade, com tudo pago pela prefeitura, inclusive gastos com deslocamento.

Incomodado com a forma como o prefeito tratava os oficiais da Polícia Civil por achar que se tratava de regalias que aproximariam o Grupo Tigre dos Abagge e geraria um possível conflito de interesses, Diógenes Caetano dos Santos Filho, de 36 anos, primo de Evandro, engenheiro e ex-investigador da Polícia Civil do estado, disse ter notado estranhezas e inconsistências no comportamento da família Abagge, incluindo Beatriz, filha de Aldo e Celina, e no assessor do prefeito, Paulo Brasil. Diógenes chegou a discutir e a ameaçar os Abagge. A partir disso, ele traçou uma investigação paralela que tinha como alvo a família do prefeito.

Em 11 de abril daquele ano, cinco dias após o desaparecimento de Evandro, dois lenhadores estavam trabalhando em uma região remota de Guaratuba e perceberam uma quantidade considerável de corvos e urubus perto de onde eles trabalhavam. Um deles entrou na mata para chegar até o local e ver o que era. No caminho, encontrou uma chave e um pouco adiante encontrou o corpo de uma criança em avançado estado de putrefação. O couro cabeludo e as orelhas tinham sido completamente removidos; as mãos e os dedos dos pés foram desmembrados do corpo, os órgãos internos retirados e havia um corte profundo na região do tórax. Não tinha vestígio de sangue no chão.

Os lenhadores logo foram procurar a polícia para relatar o acontecido. A notícia se espalhou e, além dos policiais, moradores e jornalistas foram até o matagal para ver o corpo. Após cinco etapas de verificação para fazer o reconhecimento, com a presença de Ademir em uma das etapas, concluiu-se que a criança encontrada sem vida era Evandro.

Esse não foi o primeiro desaparecimento da época. Na verdade, Evandro era o quarto caso. No entanto, o único corpo encontrado foi o dele e as condições que explicitavam a crueldade extrema do crime chamaram a atenção da mídia local e, em pouco tempo, causou comoção nacional. Os jornais de televisão diariamente dedicavam boa parte de seu tempo ao caso e logo foi levantada a hipótese de se tratar de um ritual de *magia negra* com o sacrifício de uma criança, o menino Evandro.

Repetidamente, durante três meses, as mídias reproduziram esse discurso, mas ainda não havia um suspeito. Porém, no dia 2 de julho de 1992, cerca de cem pessoas – dentre essas, vários jornalistas – encontravam-se do lado de fora do Fórum de Guaratuba pois dentro do recinto estavam detidas Celina Abagge e Beatriz Abagge sob a acusação de assassinato do menino Evandro Ramos Caetano. Em entrevista a um programa do SBT, Moacir Favetti, secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, informou que Evandro foi morto em um ritual satânico a mando de duas mulheres e havia o envolvimento de outras três pessoas que praticaram o crime diretamente, contudo, os nomes dessas três pessoas, até então, não foram divulgados.

Com ampla cobertura da imprensa, vídeos da época mostram Celina e Beatriz saindo do fórum com escolta reforçada porque a população queria linchar as duas. Mãe e filha foram conduzidas para o quartel da Polícia Militar de Matinhos, lá já estavam detidos os outros três envolvidos no ritual, a saber: Osvaldo Marcineiro, o pai de santo; Vicente de Paula Ferreira, auxiliar de Osvaldo, e Davi dos Santos Soares, amigo dos dois. No dia seguinte, os cinco foram transferidos para Curitiba. À tarde, os três homens foram convocados para uma entrevista coletiva, jornalistas de todo o país estavam presentes, todos queriam ouvir as declarações dos *bruxos*.

Osvaldo, Vicente e Davi confessaram o crime na entrevista, relataram com detalhes a forma como o suposto ritual foi feito. É possível perceber várias contradições entre as declarações, no entanto, isso não ocorreu aos jornalistas e, nos dias que se sucederam, a grande mídia disseminava a notícia em uníssono: *bruxos* mataram cruelmente uma criança em um ritual de *magia negra* para levar poder e prosperidade para as solicitantes do ritual, Celina e Beatriz, esposa e filha do prefeito. O caso ficou conhecido nacionalmente como “Bruxas de Guaratuba”. Apesar de saber do suposto envolvimento de outros três homens e, posteriormente, mais dois, Aírton Bardelli e Sérgio Cristofolini – que nunca confessaram o crime –, totalizando sete pessoas, o substantivo contido na nomeação popular do caso contemplava apenas as duas mulheres.

O Caso Evandro teve o júri mais longo da história do Brasil. Durante o julgamento, fitas e áudios foram divulgados. Nessas gravações, cinco dos sete acusados confessam o crime, detalham, contradizem-se, mas o jornalismo não questionou, não foi atento aos detalhes e sempre divulgou as informações do crime sob o viés ideológico que parte de diversos preconceitos, principalmente a intolerância religiosa, o preconceito contra religiões de matriz africana.

O Brasil é um país predominantemente cristão – herança da invasão dos portugueses que sobrepuseram seus costumes e crenças aos nativos e aos escravizados –, isso fez com que a sociedade tomasse para si o enredo disseminado pela grande mídia. Dessa forma, além do judiciário, o Estado, a mídia e a sociedade condenaram sete pessoas embasados em intolerância religiosa.

2.2 AS MÍDIAS E O DESENVOLVIMENTO DO CASO

Há alguns anos, o Caso Evandro passou por uma reinterpretação significativa devido a novas investigações conduzidas por formatos midiáticos distintos, como o podcast Projeto Humanos: O Caso Evandro, o livro homônimo de Ivan Mizanzuk e a série documental do Globoplay. Essas produções reexaminaram as evidências, questionaram a cobertura da imprensa na época e trouxeram à tona inconsistências no processo judicial, evidenciando como o discurso midiático inicial contribuiu para a construção de uma narrativa carregada de preconceitos e desinformação.

O podcast, lançado em 2018, foi um dos principais responsáveis por retomar o debate sobre o caso. Com base em extensa pesquisa documental e entrevistas, Mizanzuk trouxe uma abordagem investigativa que contrastava fortemente com o tratamento dado pela mídia nos anos 1990. Ao longo dos episódios, o podcast revelou contradições nos depoimentos, indícios

de tortura dos acusados e a influência da imprensa na formação de um julgamento público antecipado.

O livro *O Caso Evandro*, publicado em 2021, aprofundou ainda mais a investigação iniciada no podcast. Organizando cronologicamente os fatos e documentos, a obra contextualizou o caso dentro de um cenário de instabilidade social e institucional no Brasil, destacando como o Estado e a mídia trabalharam conjuntamente na construção de um enredo marcado pelo medo e pelo preconceito religioso. Além disso, o livro trouxe novos detalhes sobre os bastidores das investigações, reforçando a tese de que a condução do caso esteve permeada por falhas e arbitrariedades que comprometeram a busca pela verdade.

A repercussão do podcast e do livro impulsionou a produção da série documental intitulada “O Caso Evandro”, lançada pelo Globoplay em 2021. A série utilizou recursos audiovisuais para reconstruir os eventos, combinando imagens de arquivo e entrevistas inéditas. A produção permitiu que o público compreendesse as complexidades do caso de forma mais imersiva. Além disso, ao exibir trechos da cobertura midiática da época, a série evidenciou como os discursos reproduzidos pela imprensa contribuíram para a criminalização dos acusados antes mesmo de um julgamento justo.

Três décadas depois, em 2020, o podcast *Projeto Humanos* revisitou o caso, expondo inconsistências nas investigações e provando a inocência dos acusados. Em 2021, o Estado do Paraná emitiu um pedido formal de desculpas a Celina e Beatriz.

Essa reavaliação histórica ilustra o impacto que novas formas de produção midiática podem ter na revisão de casos emblemáticos, sobretudo quando oferecem contrapontos críticos a discursos já consolidados. O podcast, o livro e a série demonstram que, com o avanço da internet e das plataformas de *streaming*, há espaço para uma imprensa investigativa independente, capaz de desafiar narrativas já estabelecidas e de promover justiça social.

3 DISCURSO, PODER, MÍDIA E MULTIDÕES

A Análise do Discurso (AD) é uma área da Linguística que tem a interdisciplinaridade como sua principal característica, pois, além dos aspectos linguísticos e discursivos, ela se preocupa, também, com os aspectos sociais que influenciam a formação discursiva dos sujeitos. Inicialmente, a AD tinha como *corpus* principal de estudo os discursos políticos, principalmente discursos de esquerda, por serem tipologicamente mais marcados.

Em seu caráter interdisciplinar, a AD parte do conceito de ideologia de Althusser, pois percebe que a ideologia tem um papel fundamental na formação discursiva dos sujeitos, e dos pressupostos teóricos de Foucault. Brandão, em *Introdução à Análise do Discurso*, descreve:

Preconizando, assim, um quadro teórico que alie o lingüístico ao sócio-histórico, na AD, dois conceitos tonam-se nucleares: o de ideologia e o de discurso. As duas grandes vertentes que vão influenciar a corrente francesa da AD são, do lado da ideologia, os conceitos de Althusser e, do lado do discurso, as idéias de Foucault. É sob a influência dos trabalhos desses dois teóricos que Pêcheux, um dos estudiosos profícuos da AD, elabora os seus conceitos. De Althusser, a influência mais direta se faz a partir do seu trabalho sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado na conceituação do termo “formação ideológica”. E será a Arqueologia do Saber que Pêcheux extrairá a expressão “formação discursiva” da qual a AD se apropriará, submetendo-a a um trabalho específico (2002, p. 18).

Nesse sentido, Pêcheux parte do princípio de que o discurso é a materialidade da ideologia, e a materialidade do discurso é a língua. Dessa forma, tem-se uma relação direta entre língua, discurso e ideologia.

Foucault (1971) compreende o discurso como uma dispersão, ou seja, o discurso é composto por elementos que não estão necessariamente ligados por um mesmo princípio. É

papel da AD, então, analisar a dispersão e estabelecer regras que possibilitem a formação dos discursos.

Tais regras, chamadas por Foucault de “regras de formação”, possibilitariam a determinação dos elementos que compõem o discurso, a saber: os *objetos* que aparecem, coexistem e se transformam num “espaço comum” discursivo; os diferentes *tipos de enunciação* que podem permear o discurso; os *conceitos* em suas formas de aparecimento e transformação em um campo discursivo, relacionados em um sistema comum; os *temas e teorias*, isto é, o sistema de relações entre diversas estratégias capazes de dar conta de uma formação discursiva, permitindo ou excluindo certos temas ou teorias. Essas regras que determinam, portanto, uma “formação discursiva” se apresentam sempre como um sistema de relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias. São elas que caracterizam a “formação discursiva” em sua regularidade. Regularidade que é atingida pela análise dos enunciados que constituem a formação discursiva (Brandão, 2002, p. 28, grifo da autora).

Orlandi (2015) explana como a formação discursiva está intrinsecamente ligada à memória discursiva. A memória discursiva é o conjunto de saberes, ideias, valores e representações que são mobilizados e compartilhados por um determinado grupo social ao longo do tempo. Ela influencia a forma como os discursos são construídos e interpretados e possibilita que discursos sejam repassados entre sujeitos em diferentes momentos históricos.

A formação discursiva acontece por meio do interdiscurso, ou seja, discursos já produzidos se armazenam na memória do sujeito e, assim, influenciam os discursos a serem produzidos após o conhecimento agregado por essas memórias. O interdiscurso consiste nos discursos que circulam e influenciam a produção dos discursos atuais. Ele representa a influência e os efeitos dos discursos anteriores nas práticas discursivas presentes.

No entanto, a formação discursiva também envolve o esquecimento seletivo de determinados discursos. Nem todos os discursos são lembrados ou mantidos na memória discursiva, pois certos discursos são marginalizados, silenciados ou esquecidos de propósito. O esquecimento faz parte dos processos de seleção e legitimação dos discursos que são valorizados e perpetuados na sociedade.

O ato de produzir discursos interpelados por outros discursos é conceituado como paráfrase. Através da paráfrase, os discursos podem ser recontextualizados, adaptados ou reconfigurados para atender a novas demandas discursivas. A paráfrase revela a intertextualidade e a relação entre os discursos, sendo um recurso importante para a compreensão da formação discursiva.

Sendo assim, os discursos são produzidos entre sujeitos e grupos sociais. Partindo do pressuposto de que as relações sociais operam a partir de aspectos culturais que são repassados entre os sujeitos, faz-se necessário conceituar o poder simbólico – que se estabelece nas relações sociais de diferentes formas – e a ideologia – que se faz presente em todas as sociedades e em cada um de seus indivíduos.

3.1 O PODER SIMBÓLICO ATRAVÉS DA IDEOLOGIA

John B. Thompson (2008) afirma que todas as transformações tecnológicas revolucionaram as formas de produção, de armazenamento e de disseminação da informação e do conteúdo simbólico a ponto de tornarem-se aspectos centrais para a vida social. Para o autor,

[...] o desenvolvimento dos meios de comunicação é, em sentido fundamental, uma reelaboração do caráter simbólico da vida social, uma reorganização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social e uma reestruturação dos

meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si (Thompson, 2008, p.19).

Os meios de comunicação são construídos e ocupados por sujeitos constituídos de significações, de ideologias, sendo assim, através desses meios, os sujeitos constroem significações que advêm de outras, o que ocasiona um ciclo de construção de conteúdo simbólico que é repassado entre comunidades. Cada comunidade e cada indivíduo tem o seu contexto, a informação que os alcança é recebida de forma subjetiva visto que o entendimento de cada um pode ser distinto do entendimento de outrem devido à contextualização de vivências que formam pessoas.

Esse ciclo acontece dentro do que Pierre Bourdieu (1984) chama de “campos de interação”. Os sujeitos ocupam determinados espaços nesses campos que são regidos por instituições que funcionam pelo Estado, essas têm objetivos e agem para alcançá-los. Para isso, as instituições estabelecem configurações de funcionamento e se recriam sempre que necessário. Dessa forma, infere-se que as instituições têm poder sobre as sociedades, e que dentro dessas sociedades existem funções ocupadas por indivíduos que exercem papéis de poder uns sobre os outros estabelecendo e mantendo relações de dominação entre grupos e pessoas.

Thompson (p. 22) elenca quatro tipos principais de poder, a saber: 1) econômico, advém da produtividade humana; 2) político, que coordena e regulamenta padrões de funcionamento da sociedade; 3) coercitivo, uso da força física; 4) simbólico, é o poder cultural. Esse último funciona de uma forma tão sutil que chega a ser imperceptível para a maioria, ele se manifesta através da comunicação.

Para ilustrar, Thompson (p. 25) apresenta o Quadro 1:

Quadro 1 – Formas de poder

Formas de poder	Recursos	Instituições paradigmáticas
Poder econômico	Materiais e financeiros	Instituições econômicas (p.ex. empresas comerciais)
Poder político	Autoridade	Instituições políticas (p.ex. estados)
Poder coercitivo (especialmente poder militar)	Força física e armada	Instituições coercitivas (especialmente militares, mas também a polícia, instituições carcerárias, etc.)
Poder simbólico	Meios de informação e comunicação	Instituições culturais (p.ex. igreja, escolas e universidades, as indústrias da mídia, etc.)

Fonte: J.B. Thompson (2008, p. 25).

O marxista Louis Althusser, em *Aparelhos Ideológicos de Estado*, define ideologia como “um sistema de ideias, de representações que domina o espírito de um homem ou de um grupo social” (1985, p. 81). Para o filósofo, o Estado opera ideologicamente através de mecanismos para perpetuar o status de dominação da classe dominante sobre a classe dominada. Nesse sentido, Althusser especifica: a) os *Aparelhos Repressores do Estado (ARE)*; e os *Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE)*. Os repressores são o Governo, o exército, a polícia, as prisões, etc. Os ideológicos são a religião, a escola, a família, o Direito, a política, a cultura, a informação, etc.

O poder simbólico, então, opera através de instituições que estão inseridas nas sociedades tendo a ideologia dominante como base para propagar a subalternidade das classes inferiores a fim de garantir que a classe dominada não somente obedeça o que a classe dominante, de forma velada ou não, impõe como padrão e, ainda, reproduza tais padrões por

acreditar, por meio dos discursos políticos e midiáticos, que sua realidade, isto é, da classe dominada, é como a realidade da classe detentora dos meios de produção.

Diferentemente do poder coercitivo, que opera com a repressão direta e física, o poder simbólico funciona por meio do discurso de forma tão naturalizada que se faz imperceptível. Nas escolas, nas igrejas, na mídia os discursos são propagados e conduzem as crenças, os pensamentos, as ideologias e qualquer formação subjetiva de cada sujeito inserido em contextos sociais.

3.2 A INFLUÊNCIA DO DISCURSO MIDIÁTICO SOBRE AS MASSAS

Jean Baudrillard, em *À Sombra das Maiorias Silenciosas* (1985), aborda discussões para se compreender a dinâmica entre mídia e sociedade. Segundo o autor, a mídia não se limita a transmitir informações ou relatar eventos. Na verdade, ela desempenha um papel ativo na construção de uma realidade simbólica, criando o que ele chama de “simulacros”. Esses simulacros são representações que se distanciam da realidade concreta e são aceitos como “verdades” por aqueles que os consomem.

Para Baudrillard, as massas não são meramente passivas ou indiferentes, elas exercem um papel paradoxal de resistência silenciosa à comunicação de massa. As massas não rejeitam nem contestam os discursos midiáticos, mas absorvem as mensagens sem devolvê-las em forma de resposta ou oposição direta. Esse comportamento silencioso não é sinal de apatia, mas de uma dinâmica complexa em que a ausência de resposta pode ser vista como uma forma de neutralização do próprio sistema de comunicação.

Outrossim, da teoria de Baudrillard é a circularidade que caracteriza os discursos midiáticos. Segundo o autor, a mídia opera em um circuito fechado no qual os signos são reproduzidos incessantemente, criando uma realidade autossuficiente. Essa reprodução contínua faz com que a comunicação de massa se torne um sistema que se retroalimenta, no qual os acontecimentos são constantemente reconfigurados para atender às demandas de consumo, entretenimento e controle social. Dessa forma, a mídia, além de relatar fatos, transforma-os em narrativas mitológicas.

A repetição desempenha um papel essencial nesse processo pois reforça determinadas interpretações enquanto marginaliza outras. Para Baudrillard, essa insistência na repetição homogeneiza a percepção coletiva e gera um efeito de naturalização. Os signos midiáticos tornam-se incontestáveis, criando uma hegemonia discursiva que desconsidera a pluralidade de perspectivas. Assim, a mídia atua como uma poderosa ferramenta de construção simbólica, moldando o imaginário social.

O autor também discute o conceito de hiper-realidade, um dos pilares de sua análise. Ele argumenta que a comunicação de massa dissolve as fronteiras entre realidade e ficção, criando um universo simbólico onde o hiper-real — uma realidade simulada — se torna mais “real” do que o próprio mundo concreto. Esse fenômeno reflete um deslocamento profundo, onde os signos midiáticos deixam de ser referências e passam a constituir a própria experiência coletiva.

O poder simbólico exercido pela mídia está diretamente relacionado a essa dinâmica. Para Baudrillard, a mídia não apenas comunica, mas organiza a realidade social ao controlar os significados que circulam no imaginário coletivo. Ela se torna, portanto, um mediador fundamental entre os indivíduos e o mundo, estruturando a maneira como os acontecimentos são percebidos e compreendidos. Nesse contexto, a comunicação de massa se consolida como um mecanismo de controle que reforça relações de dominação, mascarando-as como algo natural e objetivo.

O autor aborda o silêncio das massas como uma forma de resistência paradoxal. Apesar de parecerem ratificar o discurso midiático, as massas desestabilizam o sistema ao absorverem as mensagens sem fornecer respostas claras. Esse silêncio, no entanto, não é suficiente para

reverter as dinâmicas de poder simbólico, pois acaba reforçando o funcionamento circular da mídia, que se beneficia tanto com a adesão quanto com a ausência de oposição.

Baudrillard compreende a comunicação de massa como um fenômeno complexo e estruturante. Sua teoria destaca como a mídia reflete e constrói a realidade através de mecanismos de repetição, circularidade e hiper-realidade. Essa análise é essencial para compreender as dinâmicas de poder e controle que permeiam a sociedade, bem como o papel das massas silenciosas nesse contexto.

Em *Psicologia das Multidões* (1895), Gustave Le Bon apresenta uma compreensão complementar à análise de Baudrillard sobre o papel da mídia na influência sobre as massas. Enquanto Baudrillard enfatiza a hiper-realidade e a circularidade dos signos midiáticos, Le Bon destaca o comportamento irracional das multidões e sua susceptibilidade às emoções coletivas. Segundo Le Bon (1895), as multidões agem de forma impulsiva e são facilmente manipuladas por discursos que apelam para emoções primárias, como medo e raiva. Esse conceito se alinha à forma como a mídia, ao reforçar determinados estereótipos e narrativas, pode mobilizar opiniões públicas de maneira irracional e polarizada.

Baudrillard e Le Bon convergem na ideia de que a comunicação de massa não apenas informa, mas estrutura a percepção social da realidade. No entanto, enquanto Baudrillard argumenta que a mídia cria um simulacro de realidade, Le Bon (1895) destaca que a massa, uma vez mobilizada por uma narrativa dominante, tende a suprimir o pensamento crítico e agir de forma homogênea. As multidões, conforme Le Bon, possuem um comportamento de contágio psicológico, no qual os indivíduos perdem sua autonomia racional e adotam a mentalidade do grupo, tornando-se mais suscetíveis à influência de discursos hegemônicos. Esse fenômeno se agrava à medida que a repetição midiática reforça determinadas mensagens, reduzindo a capacidade de reflexão individual.

Le Bon (1895) infere que a liderança exerce um papel fundamental na orientação das multidões, pois figuras de autoridade podem moldar e direcionar opiniões coletivas. As multidões tendem a buscar líderes carismáticos ou fontes de informação que validem suas crenças preexistentes, o que facilita a propagação de discursos manipulativos. Essa influência não se dá apenas de forma direta, mas também por meio de símbolos e narrativas que reforçam valores culturais e ideológicos dominantes.

A partir dessa perspectiva, pode-se afirmar que a mídia, ao exercer poder simbólico, mobiliza as massas de acordo com dinâmicas psicológicas coletivas. O Caso Evandro evidencia como a manipulação midiática pode reforçar padrões de comportamento previsíveis nas multidões, levando-as a agir de forma emocionalmente carregada e pouco racional. A cobertura midiática do caso exemplifica o princípio de Le Bon sobre a psicologia das multidões, demonstrando como a repetição de determinadas mensagens pode gerar reações coletivas intensas e desprovidas de análise crítica.

É possível notar que a influência da mídia sobre as multidões vai além da simples informação: ela se entrelaça com mecanismos psicológicos coletivos, conformando percepções e reconfigurando realidades sociais. A convergência das ideias de Baudrillard e Le Bon sugere que, ao naturalizar determinadas construções discursivas, a mídia acaba desempenhando um papel ativo na formação de opinião pública e na perpetuação de hegemonias simbólicas.

Na próxima seção, com base nos conceitos até aqui abordados, apresentamos a metodologia adotada neste trabalho e o *corpus* previamente delimitado.

4 METODOLOGIA

Esta pesquisa documental de natureza básica utilizou a abordagem qualitativa, por meio da Análise do Discurso (AD) para analisar como as manchetes do Diário Popular e o título da "Operação Magia Negra" reproduzem discursos ideológicos e simbólicos.

A análise consiste em três etapas. Primeiramente, fez-se a seleção e contextualização do corpus. Quatro manchetes foram escolhidas como enunciados com base em sua relevância no contexto da cobertura midiática do Caso Evandro, considerando o impacto de termos-chave como "sacrifício satânico" e "bruxos". Essas manchetes correspondem a três edições do jornal Diário Popular, sendo as duas últimas a capa e a matéria, respectivamente, de uma mesma edição. O título da operação foi incluído por ser um exemplo direto de como o discurso policial reforça preconceitos culturais.

Posteriormente, há a análise discursiva por meio da qual foram identificados os marcadores linguísticos que caracterizam o discurso da mídia, como substantivos e adjetivos pejorativos – "bruxos", "satânico". Esses elementos foram examinados a partir dos conceitos de interdiscurso (Orlandi, 2015) e poder simbólico (Thompson, 2008; Bourdieu, 1989), evidenciando como reforçam um imaginário coletivo preconceituoso.

Por fim, apresentamos uma interpretação crítica do discurso midiático. A interpretação foi orientada pela relação entre os discursos midiáticos e os discursos institucionais do Estado. Nesse processo, analisou-se como a mídia apropriou-se da narrativa construída pelo Estado para perpetuar um discurso ideológico que condena práticas religiosas de matriz africana. Sendo assim, analisamos o impacto do discurso midiático na opinião pública e na legitimação de preconceitos religiosos, considerando como a escolha vocabular e a construção de narrativas reforçam estigmas históricos.

4.1 IDENTIFICAÇÃO DO CORPUS DE ANÁLISE

O objeto de análise desta pesquisa consiste em quatro manchetes veiculadas no jornal impresso Diário Popular, do Paraná, e no título da operação atribuído pela Polícia Militar do referido estado: Operação *magia negra*. As imagens (Figuras 1, 2, 3 e 4) são fotos de edições do Diário Popular que publicou notícias sobre o andamento do processo de investigação do Caso Evandro.

Figura 1 – *Sacrifício satânico*



Fonte: Diário Popular

Figura 2 – *A confissão dos satânicos*



Fonte: Diário Popular

Figura 3 – Bruxos serão soltos em praça pública



Fonte: Diário Popular

Figura 4 – Favetti revoltado com as bruxarias



Fonte: Diário Popular

Figura 5 – Dossiê da Polícia Militar do Estado do Paraná



Fonte: foto reprodução Globoplay

O *corpus* delimitado ilustra a materialidade discursiva e a construção simbólica que permeou o Caso Evandro. As manchetes do Diário Popular — como "Sacrifício Satânico" e "Bruxos Serão Soltos em Praça Pública" — e o título oficial "Operação Magia Negra" revelam uma estratégia de enquadramento midiático-institucional que recorre a arquétipos históricos (como a associação entre "magia negra" e práticas de satanismo) para consolidar uma narrativa. Esses elementos, ao repetirem termos como *bruxos* e *satânico*, operam como mecanismos de poder simbólico (Bourdieu, 1989), naturalizando a estigmatização religiosa e reforçando a hiper-realidade (Baudrillard, 1985) construída em torno dos acusados.

A escolha gráfica das manchetes — com fontes impactantes e linguagem sensacionalista — amplifica o efeito emocional, direcionando a interpretação do público para uma condenação prévia, em desrespeito à presunção de inocência. Este *corpus*, portanto, documenta a cobertura midiática do caso e expõe a articulação entre mídia e Estado na reprodução de violências simbólicas, tema explorado em profundidade na análise discursiva da próxima seção.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das manchetes do *Diário Popular* e do título da operação policial, "Operação Magia Negra", revela a presença de marcadores discursivos que contribuíram para a construção de um imaginário social estigmatizante em relação aos acusados. Esta seção analisa como essas escolhas lexicais e a articulação entre mídia e Estado mobilizaram uma memória discursiva

associada à intolerância religiosa, perpetuando preconceitos estruturais. Para tanto, utilizamos os conceitos de poder simbólico (Thompson, 2008; Bourdieu, 1989) e Aparelhos Ideológicos de Estado (Althusser, 1985).

Segundo Thompson (2008), as formas de poder – econômico, político, coercitivo e simbólico – operam em esferas interligadas, contribuindo para a manutenção das estruturas sociais. No Caso Evandro, o poder simbólico foi exercido através da mídia, que, enquanto instituição cultural, desempenhou um papel essencial na propagação de uma narrativa alinhada aos interesses dos Aparelhos Ideológicos de Estado (Althusser, 1985). A reprodução de manchetes sensacionalistas como “Sacrifício Satânico”, “A Confissão dos Satânicos” e “Bruxos Serão Soltos em Praça Pública” evidencia como a mídia funcionou como um veículo para reforçar uma ideologia dominante que marginaliza religiões de matriz africana e perpetua preconceitos estruturais.

As imagens apresentadas na seção anterior, em um primeiro plano, mostram um padrão linguístico: o uso de substantivos que estabelecem uma relação de sinonímia. Esses substantivos explicitam marcas discursivas que exprimem os sujeitos envolvidos e os colocam em lados opostos: a mídia e os acusados. Nesse sentido, a escolha dos enunciados “sacrifício satânico”, “a confissão dos satânicos” e “bruxos serão soltos em praça pública” atribui sentidos que vão além dos fatos.

Tais termos contemplam um mesmo campo associativo que sugere a ideia de algo macabro, odioso, inumano. Incontestavelmente, o crime que tirou a vida do menino Evandro foi chocante por tamanha crueldade. Entretanto, a veiculação das manchetes do jornal com esses termos, além de imputar culpa, desumaniza os acusados a ponto de torná-los o inimigo comum de toda uma sociedade.

Os três primeiros enunciados, respectivamente, traçam uma linearidade temporal. O primeiro contextualiza o crime a partir do enredo de sacrifício satânico; o segundo, “a confissão dos satânicos”, expressa uma suposta comprovação da narrativa apregoada; o terceiro enunciado se trata de uma fala do então secretário de segurança pública do Paraná, José Moacir Favetti. Revoltado com a possibilidade de a justiça ordenar a liberação dos acusados, Favetti avisou que os soltaria em praça pública.

A quarta imagem é a matéria que corresponde à manchete da capa exibida na terceira imagem. Nessas duas, é possível perceber o interdiscurso através da paráfrase do veículo de imprensa. O jornal reproduz o discurso do secretário e o enquadra no maior destaque da capa da edição, utiliza aspas, mas não atribui a autoria do enunciado com o mesmo destaque. Dessa forma, faz-se parecer um aviso à sociedade de que o secretário levaria os acusados a uma praça e os soltariam lá à própria sorte, pois, segundo Favetti, ele nada poderia fazer para lhes garantir alguma segurança.

Há, pelo menos, duas camadas de interdiscurso no contexto desses dois discursos, sendo uma a da paráfrase do jornal com o a fala do secretário; e a outra é percebida na formação discursiva de Favetti. Soltar *bruxos* em praça pública foi uma prática feita no período da Inquisição como forma de punição para pessoas que desempenhavam atividades proibidas pelo catolicismo. As pessoas que desobedeciam aos dogmas da igreja católica eram levadas à praça pública e lá eram queimadas.

Construiu-se, então, um arquétipo do que é bruxaria que está presente na memória coletiva, assim como o da punição ao ato da bruxaria. Favetti parte de uma memória discursiva (Brandão, p. 95) quando enfatiza que não somente soltaria os acusados como, também, nada faria para garantir a segurança deles após a soltura. Apesar de não ser dito dessa forma, o que o secretário sugere é que a população, inflamada de ódio contra os acusados, teoricamente poderia queimá-los ou torturá-los como forma de punição já que o Estado não os puniu. Nesse sentido, o papel do veículo de imprensa foi informar à população que o secretário de justiça se absteria de quaisquer atitudes para evitar ou parar possíveis reações violentas das pessoas que estavam revoltadas com o caso.

Favetti é um sujeito que representa o Estado. Como secretário de segurança, ele era o maior chefe do que Althusser define como Aparelho Repressivo de Estado (1980): a polícia militar. Nas relações de poder dentro de um mesmo Estado, hierarquicamente, a polícia age a partir de outras instâncias do Aparelhos Ideológicos de Estado, no caso, o judiciário. A possível soltura dos acusados seria determinada pelo poder judiciário, mas ela sequer era um julgamento final que determinaria a inocência deles.

A partir disso, pode-se inferir, também, que o Estado julgou e condenou sete pessoas com base na ideologia cristã. A intolerância religiosa é praticada por parte de uma classe que domina e subjuga outra, nesse caso, o enredo construído pelo Estado, que deveria ser laico, partiu da ideologia cristã que, além de estigmatizar, também, define as religiões de matriz africana como inimigos que devem ser combatidos.

O fato de Osvaldo Marcineiro ser um pai de santo foi crucial para despertar a repulsa em uma sociedade que passou por um apagamento de práticas culturais quando foi invadida por europeus, ou seja, por homens brancos, cristãos que disseminaram a cultura cristã patriarcal em todo o globo. Assim, tem-se a formação ideológica de todo um país. Um exemplo disso é o título da investigação feita pela polícia militar no Caso Evandro: Operação *Magia Negra*.

O termo “magia negra” também é um arquétipo presente na memória social e é utilizado para demonizar crenças que são diferentes das crenças da classe dominante. Intitular a operação com esse termo foi uma forma de violência simbólica praticada por uma instituição que funciona como aparelho repressor do Estado. Essa violência atinge, além dos acusados, todos os sujeitos adeptos de religiões de matriz africana que sempre foram subjugadas e estigmatizadas por uma sociedade etnocentrista que não tem consciência de sua própria ancestralidade.

Além disso, é possível incorporar a análise do poder simbólico com base na perspectiva de Pierre Bourdieu (1989). Segundo o autor, o poder simbólico é exercido de forma sutil, através de práticas discursivas naturalizadas, que legitimam relações de dominação ao mascará-las como algo objetivo ou neutro. No Caso Evandro, a mídia atuou como um campo simbólico que não apenas reproduziu a narrativa estatal, mas também construiu uma representação dos acusados que os desumanizava perante o público. Essa construção discursiva se apoiou em valores culturais e históricos profundamente enraizados, como o preconceito contra religiões de matriz africana e a associação de práticas não cristãs ao mal.

A tabela de Thompson (2008), que categoriza os diferentes tipos de poder e suas respectivas instituições paradigmáticas, auxilia na compreensão do impacto dessa narrativa. Enquanto o poder político e o coercitivo são exercidos por instituições como o judiciário e a polícia, o poder simbólico opera através de meios de comunicação e instituições culturais. No Caso Evandro, observa-se uma articulação entre o poder coercitivo (a polícia) e o simbólico (a mídia), que, juntos, construíram uma narrativa destinada a legitimar as ações do Estado. A violência simbólica foi naturalizada pelo uso de termos pejorativos e pela reprodução de arquétipos, o que facilitou a aceitação social de um julgamento público preconceituoso.

A análise dos enunciados também permite identificar como a mídia construiu um simulacro, nos termos de Baudrillard (1985). As expressões “sacrifício satânico” e “bruxos” criam uma hiper-realidade na qual os acusados se tornam personagens em um enredo maniqueísta de bem contra o mal. Essa narrativa midiática simulada foi repetida de forma tão exaustiva que acabou substituindo as investigações factuais, consolidando-se como a única “verdade” aceitável para a sociedade. Nesse sentido, a mídia relatou o caso, mas também moldou a percepção coletiva a partir de uma ficção que se tornou mais real do que os próprios fatos, uma característica central do conceito de hiper-realidade (Baudrillard, 1985).

No aspecto visual, as manchetes analisadas também demonstram um apelo sensacionalista, com fontes garrafais, espaçamento reduzido e uso de cores chamativas. Esses elementos reforçam a gravidade atribuída à situação e induzem o leitor a uma interpretação imediata e emocional dos acontecimentos. A imagem de “bruxos” e “sacrifícios” é amplificada

por essas escolhas gráficas, conectando-se ao conceito de poder simbólico (Thompson, 2008), que explica como os meios de comunicação utilizam técnicas visuais e textuais para manipular a percepção social. A ausência de nuances ou contrapontos nos títulos analisados revela uma postura unilateral da mídia, que se alinha ao discurso oficial do Estado e reforça a culpabilidade dos acusados.

Por fim, faz-se necessário refletir acerca do impacto dessa narrativa no contexto social mais amplo. O uso de uma linguagem sensacionalista e preconceituosa contribuiu para perpetuar a intolerância religiosa. Além disso, a articulação entre mídia e Estado no Caso Evandro demonstra como a comunicação de massa pode ser instrumentalizada para reforçar relações de poder e marginalizar grupos já vulneráveis. A ausência de contrapontos ou vozes dissidentes nas manchetes analisadas evidencia o monopólio discursivo exercido pela mídia, que, ao invés de questionar o discurso oficial, optou por reproduzi-lo e legitimá-lo, contribuindo para a construção de uma "verdade" que mascarava as injustiças do processo judicial.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho analisou como o discurso midiático, interpelado por discursos institucionais do Estado, contribuiu para a construção de um imaginário social preconceituoso no contexto do Caso Evandro. Ao longo da pesquisa, foi possível identificar que a atuação da mídia, ao adotar uma linguagem sensacionalista e preconceituosa, reforçou estruturas de dominação simbólica e contribuiu para a desumanização dos acusados. Essa narrativa midiática, alinhada às declarações das autoridades públicas, legitimou práticas de intolerância religiosa e preconceitos históricos contra religiões de matriz africana.

Os resultados e discussões reforçam a ideia de que a comunicação de massa, ao se alinhar aos interesses do poder institucional, pode atuar como um mecanismo de perpetuação de desigualdades. A narrativa midiática ignorou as contradições das investigações e desconsiderou a presunção de inocência, contribuindo para um julgamento social que antecedeu o processo judicial.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. 128 p. ISBN 978-85-7038-073-9.

BAUDRILLARD, Jean. **À sombra das maiorias silenciosas**: o fim do social e o surgimento das massas. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. 86 p. ISBN 85 11 12032 7.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. Disponível em: https://www.academia.edu/44428747/Pierre_BOURDIEU_O_Poder_Simbolico. Acesso em: 2 dez. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **Distinction**: a social critique of the judgement of taste. Cambridge: Harvard University Press, 1996. Disponível em: https://www.raggeduniversity.co.uk/wp-content/uploads/2017/11/Pierre_Bourdieu_Distinction_A_Social_Critique_of_the_Judgement_of_Taste_1984-ilovepdf-compressed.pdf. Acesso em: 5 dez. 2024.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. 8ª. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002. ISBN 85-268-0210-0.

FOUCAULT, Michael. **Arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1971.



LE BON, Gustavo. **Psicologia das multidões**. França: Presses Universitaires de France, 1895.

MIZANZUK, Ivan. **O Caso Evandro**: sete acusados, duas polícias, o corpo e uma trama diabólica. Rio de Janeiro: HarperCollins. 2021.

O CASO Evandro. Direção: Michelle Chevrand, Aly Muritiba. [S.l.]: Globoplay, 2021. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/o-caso-evandro/t/1z5m5PxLkK/>. Acesso em: dez. 2021.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: Princípios e Procedimentos. Campinas: Pontes, 2015.

PROJETO Humanos: o Caso Evandro. Ivan Mizanzuk. [S.l.]: Half Deaf, 2018. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/OLufWX5XcmwAZiKGUCV7O0?si=54c16729da4844ec>. Acesso em: 16 jun. 2022.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 261 p. ISBN 978-85-326-2079-8.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. 427 p. ISBN 85.326.1484-1.